

## **CONSTITUIÇÃO: décimo aniversário**

---

**ARNALDO ESTEVES LIMA\***

*Juiz do Tribunal Regional  
Federal da 2ª Região*

Como se sabe, em 05.10.88, sob a Presidência do insigne Deputado Federal Dr. Ulysses Guimarães, a Assembléia Nacional Constituinte promulgou a vigente Constituição, que muito inovou em nosso ordenamento jurídico-institucional. Seu texto, como não poderia deixar de ser, contém princípios que lhe são, por natureza, próprios, tanto material quanto formal. A par disso, existem normas outras, e várias, que melhor encontrariam sua disciplina na legislação infraconstitucional. Observe-se, todavia, que as regras constitucionais, formalmente, pelo nosso sistema, têm igual hierarquia, pouco importando a maior ou menor nobreza - sob o prisma jurídico - existente entre elas. Vale dizer, desde que observado o devido processo legislativo nela previsto, por exemplo, uma alteração resultante de Emenda não poderá ser considerada inconstitucional porque teria afrontado princípio outro, de maior significado, já constante de seu texto. Esta parece ser, inclusive, a orientação da jurisprudência do STF, seu intérprete precípua. Alvo de elogios por seu conteúdo essencialmente democrático mas, também, de críticas, no sentido construtivo, por sua prodigalidade na proclamação de direitos que o Estado ainda não tem condição de assegurar, a mesma já sofreu vinte e cinco Emendas e várias outras se prenunciam, tudo visando, ao que se sustenta, adequá-la à realidade nacional. A despeito de tudo, se mais não lhe fosse tributado, no rol dos setenta e sete incisos, com várias alíneas, do seu art. 5º, que dispõe sobre os direitos e garantias fundamentais, valeria, como vale, destacar a expressiva inovação resultante do inciso XXXII, c/c art. 170, V e 48 do ADCT, que previu, como garantia individual, a defesa do consumidor pelo Estado, o que veio a se concretizar com a edição da Lei nº 8.078/90 - CDC -, exemplo que demonstra a sua importância, sabendo-se do alcance social,

no dia-a-dia, das normas que regem as relações entre consumidores e fornecedores de produtos ou serviços, tal como disciplinado por tão importante Código. É impossível, e este não é o propósito, realçar tudo de bom que a mesma acrescentou à nossa ordem normativa. É certo, porém, que tal ocorreu, abundantemente. Seu texto, igualmente, reclama alterações, supressões etc, o que vem sendo feito pelo órgão competente, que é o Congresso Nacional. É inegável que seu advento valeu a pena e seu décimo aniversário não pode ser esquecido, inobstante coincidir com as eleições (04/10) e a “crise financeira internacional”, pois ela é muito importante para o nosso País, ao inseri-lo, definitivamente, no rol das Nações Democráticas, após período de turbulências institucionais que, no momento, não vem a pêlo recordar.

Finalmente, por justiça, é de se lembrar que a forte associação que existe entre a “Constituição Cidadã” e o saudoso brasileiro, Dr. Ulysses, recomenda que, ao saudá-la pelo decurso de uma década de existência, a sua memória seja, igualmente, reverenciada, como preito de reconhecimento e agradecimento pelo importantíssimo trabalho daquele expressivo homem público que, tão obstinadamente, Presidiu a última Constituinte.